



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003672-57.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**
 Requerente: **JOAQUIM GOMES LINHARES FILHO**
 Requerido: **DETRAN SP Departamento Estadual de Trânsito do Estado de São Paulo**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

JOAQUIM GOMES LINHARES FILHO propõe a presente Ação Declaratória, com pedido de liminar, contra o DETRAN/SP, Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo, alegando, em síntese, que, em 2017, não teve êxito no pedido administrativo de renovação da carteira de habilitação porque seu prontuário encontra-se bloqueado pelo processo administrativo nº 1534/2010, pelo qual se lhe aplicou a penalidade de Cassação da Permissão de dirigir. Alega que possui o direito de renovação da habilitação porque a penalidade encontra-se prescrita. Diante disso, requer a liminar de suspensão da penalidade de Cassação do direito de dirigir até decisão final do presente processo, bem como a autorização para renovação da Carteira Nacional de Habilitação.

A liminar foi indeferida (fls. 16).

O DETRAN/SP apresentou contestação (fls. 22/28) alegando, em síntese, que a Cassação da Permissão de Dirigir impõe ao condutor o dever de reabilitação, ou seja, a submissão a todos os exames necessários à habilitação, para, posteriormente, adquirir a renovação da CNH, condição que não foi comprovada pelo requerente. Requer a improcedência da ação.

Em réplica (fls. 40/45), o autor reafirma a prescrição executória e alega que a infração que gerou a cassação do direito de dirigir, mesmo sendo considerada grave, possui natureza meramente administrativa o que não autorizaria a aplicação da penalidade.

É o relatório.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Passo a fundamentar e decidir.

Julgo o processo nos termos do art. 355 do Código de Processo Civil, não havendo necessidade de produção de outras provas.

À época dos fatos o autor detinha apenas a permissão de dirigir e, conforme certidão juntada a fls. 11, observa-se que a infração foi cometida em 03/09/2010, tendo o sistema bloqueado o seu prontuário, impedindo a emissão da CNH definitiva.

O processo administrativo, conforme narrado pelo autor, foi instaurado em 03/09/2010, julgado pela JARI em 18/03/2011 e, em última instância, pela CETRAN, em 14/09/2011.

Observa-se que o procedimento administrativo ocorreu em tempo hábil, não ultrapassando o prazo prescricional de cinco anos, tendo em vista que a decisão de última instância foi proferida em 14/09/2011, e que o autor utilizou-se de todos os meios de defesa admitidos administrativamente, sem obter êxito, sendo descabida a tentativa de excluir a penalidade neste momento em que já houve o trânsito em julgado.

Ressalte-se, ainda, que o autor, em 16/08/16, ciente de sua situação, solicitou a sua reabilitação junto à unidade de trânsito, conforme se observa do documento de fls. 36, não havendo que se falar em prescrição da pretensão executória.

Note-se que, quando da instauração do "processo administrativo", o autor era mero permissionário e não se pode olvidar que no caso de **permissão**, não se aplica a mesma regra que a aplicada para a renovação de Carteira Nacional de Habilitação, uma vez que, para que o motorista obtenha a CNH, deverá cumprir os requisitos previstos no artigo 148 do Código de Trânsito Brasileiro.

Dispõem os parágrafos 2º a 4º, do referido artigo:

“§2º. Ao candidato aprovado será conferida Permissão para Dirigir, com validade de um ano.

§3º. A Carteira Nacional de Habilitação será conferida ao condutor no término de um ano, desde que o mesmo não tenha cometido nenhuma infração de natureza grave ou gravíssima ou seja reincidente em infração média.

§4º. A não obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, tendo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

em vista a incapacidade de atendimento do disposto no parágrafo anterior, obriga o candidato a reiniciar todo o processo de habilitação”.

Trata a situação de ato vinculado e, como tal, preenchidos os requisitos legais, automaticamente, ao término de um ano, será concedida a carteira; doutro lado, cometidas as infrações enumeradas, o candidato estará obrigado a reiniciar todo o processo de habilitação, o que só não ocorreu pelo fato de o autor ter obtido segurança em mandado impetrado na Justiça, que determinou que se aguardasse o trânsito em julgado administrativo, o que já ocorreu.

Ademais, o tempo de duração da permissão para dirigir (documento expedido a título precário) é de um ano, inexistindo previsão para sua prorrogação ou renovação.

Nota-se, ainda, que o autor obteve a Carteira Nacional de Habilitação Definitiva por meio de mandado de segurança, pois não se poderia vedar ao habilitando o direito de submeter-se ao procedimento visando a habilitação, enquanto não houvesse decisão administrativa definitiva, o que ocorreu em 14/09/11 (fls. 31).

Obteve um "respiro", mas já houve o trânsito em julgado da imposição de penalidade.

Por outro lado, não é válida a alegação de que a infração cometida é classificada como meramente administrativa, pois, conforme se observa do documento de fls. 29, foi imputada ao requerente a prática de infração prevista no artigo 230, IX do CTB, que afeta a segurança no trânsito, não podendo ser considerada como meramente administrativa.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil.

Sem verbas sucumbenciais (art. 27 da Lei nº 12.153/09 c/c art. 55 da Lei nº 9.099/95).

P I

São Carlos, 24 de julho de 2017.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**